

# JORNAL CFFC

Informativo da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados

Ano V - Número 35

## ECONOMIA

# 2015: Transição para a recuperação da credibilidade do País



O presidente do Banco Central (BC), Alexandre Tombini, afirmou que esse é um ano de transição, "de um modelo de estímulos fiscais para a economia, ao ajuste das contas públicas para a recuperação da credibilidade do País". Ele esteve no Congresso Nacional, no dia 26 de maio, para falar sobre o cumprimento das metas das políticas monetária (inflação e juros), creditícia e cambial. Tombini participou de audiência pública organizada pelas Comissões de Fiscalização Financeira e Controle; e Mista de Orçamento e mais quatro Comissões.

**Página 5**

CFFC debate, em audiências, contas secretas no HSBC da Suíça

**Página 6**

Delegado diz que Operação Zelotes deve ser concluída em quatro meses

**Página 7**

Ministro da Saúde quer ampliar o Programa Mais Médicos

**Página 5**

Comissão instala Fórum Permanente para discutir efeitos da Lava Jato

**Página 4**

## Em conjunto, Comissões realizam audiência com o ministro Mauro Vieira



Em audiência pública conjunta das Comissões de Fiscalização Financeira e Controle; de Relações Exteriores e de Defesa Nacional; e de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, no último dia 15 de abril, o ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira, falou sobre a formulação e a execução da política externa brasileira e também a respeito das medidas adotadas pelo governo brasileiro em relação à pena de

execução imposta a cidadãos brasileiros condenados por tráfico de drogas na Indonésia.

O ministro defendeu a atitude brasileira frente à Indonésia depois que o país asiático fuzilou um brasileiro condenado por tráfico de drogas, disse que o Brasil nunca contestou os ilícitos praticados e o direito dos estados julgarem de acordo com suas legislações, mas mencionou uma série de compromissos internacio-

nais assinados pelo Brasil como proibições à pena de morte. "Por esses compromissos internacionais, o Brasil não poderia deixar de se rebelar contra a aplicação da pena de morte contra um brasileiro, dentro, obviamente, do respeito às relações bilaterais", observou Mauro Vieira.

Questionado sobre um consenso entre Mercosul e União Europeia a respeito dos acordos comerciais, Mauro Vieira explicou que essa é uma negociação complexa e que já dura mais de 10 anos. Ele relatou que o Mercosul já concluiu sua oferta e está aguardando que a União Europeia conclua consultas internas para que a negociação avance. "A União Europeia também está em negociação com os Estados Unidos sem chegar a um acordo, a discussão é longa e difícil", explicou o ministro.

## CVM investiga 12 processos contra a Petrobras



O presidente da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Leonardo Gomes Pereira, órgão que fiscaliza o mercado de ações no Brasil, disse que há um total de 12 processos de apuração iniciados sobre a Petrobras. Outros três já foram decididos, referentes à participação de fundos de pensão como representantes dos acionistas minoritários em 2012. O executivo participou de debate

conjunto das comissões de Fiscalização Financeira e Controle e de Finanças e Tributação, no último dia 21 de maio.

Pereira salientou que a CVM não investiga casos de corrupção, e que, no caso da Petrobras, cabe à comissão analisar as obrigações dos administradores quanto ao mercado. Os desvios em outras áreas devem ser investigados pela polícia e pelo

Ministério Público.

A política de preço da companhia, por exemplo, está entre as ações investigadas, e todos os conselheiros foram ouvidos. "Ninguém é obrigado a vir para o mercado de capitais, mas assim que uma empresa entra nesse mercado tem de estar aberta a prestar informações", disse o presidente da CVM.



## Membros da CFFC fazem visita técnica à Petrobras



O presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle (CFFC), deputado Vicente Cândido (PT/SP), e o deputado Valtenir Pereira (PROS/MT), membro da CFFC, fizeram, no último dia 19 de junho, uma visita técnica à sede da Petrobras no Rio de Janeiro para debater, com diretores da estatal, os impactos da Operação Lava Jato na economia e no índice de empregos no Brasil.

A visita faz parte de uma série de ações da CFFC para diagnosticar os efeitos da Operação Lava Jato e encontrar alternativas para a preservação dos empregos.

A Comissão já realizou debates com a participação de entidades representantes dos trabalhadores e governos. Dessa vez, no Rio de Janeiro, um encontro na sede do Sindicato dos Administradores no Estado, com trabalhadores do setor de petróleo, antecedeu o debate com os diretores da Petrobras. Além dos deputados Vicente Cândido e Valtenir Pereira, participaram da visita representantes da Central Única dos Trabalhadores (CUT), do Sindicato dos Petroleiros da Bahia (Sindipetro/BA), da Associação dos Engenheiros da Petrobras, da Federação das

Indústrias do Paraná, entre outras entidades de trabalhadores.

**Impactos nacionais** – Estudo recente da Fundação Getúlio Vargas (FGV) mostra que a diminuição das atividades da Petrobras em decorrência das investigações sobre corrupção na estatal pode retirar R\$ 87 bilhões da economia do País em 2015 e provocar a perda de mais de 1 milhão de vagas de trabalho.

Ainda de acordo com o levantamento, o total de impostos que estados, municípios e União deixarão de arrecadar neste ano pode chegar a R\$ 5,7 bilhões.

## Subcomissão de Telefonia visita empresa em Uberlândia

O relator da Subcomissão da Telefonia da CFFC, deputado Edinho Bez, e o deputado Lindomar Garçon, fizeram no último dia 26 de junho, uma visita técnica à empresa Algar Telecom, responsável pela prestação de serviços de telefonia fixa, celular, internet banda larga e TV por assinatura, sediada na cidade de Uberlândia.

A visita teve por objetivo conhecer a realidade da prestação dos serviços de telefonia móvel e fixa nas áreas atendidas pela CTBC.

Segundo o deputado Edinho Bez, a Algar Telecom brasileira, detentora da CTBC, oferece telefonia fixa, celular, internet banda larga, comunicação de dados, TV por assinatura para cerca de

800 mil usuários em Minas Gerais, São Paulo, Distrito Federal, Rio de Janeiro, Mato Grosso do Sul, Goiás e Paraná e, no entanto, a empresa ainda não conta com 100% de sua rede de telecomunicações baseada em fibra ótica, o que causa uma oferta de serviço aquém das exigências dos usuários dos Estados.

## Operação Zelotes deve ser concluída em quatro meses

A partir de requerimento do deputado Paulo Pimenta (PT-RS), a CFFC realizou dois debates para discutir a Operação Zelotes, nos dias 13 e 25 de maio.

**13 de maio** - O procurador do 6º Ofício de Combate à Corrupção da Procuradoria da República no Distrito Federal, Frederico Paiva - responsável pelas investigações da Operação Zelotes, da Polícia Federal disse que empresas detentoras de débito eram abordadas por escritórios de advocacia, de contabilidade etc., com uma conversa do tipo: "A gente sabe o que senhor tem um processo no Carf e estamos dispostos a oferecer nosso serviço."

Segundo Paiva, para demonstrar o poder de influência no Carf, as quadrilhas anunciavam que o processo teria um pedido de vista em determinado dia e hora, o que de fato ocorria.

**25 de maio** - Na segunda audiência pública realizada pela CFFC sobre a Operação Zelotes, o autor do requerimento, deputa-



do Paulo Pimenta (PT-RS), criticou o sigilo judicial da investigação. O parlamentar ressaltou que a Justiça continua impedindo a imprensa e a sociedade de terem acesso ao inquérito, embora tenha permitido o acesso das empresas investigadas aos autos.

Ele também destacou que já houve pedido de prisão de 26 pessoas no âmbito da operação, as quais não foram autorizadas pela Justiça. Para o deputado, "paralelo à investigação da Zelotes, é necessário que haja a inves-

tigação da investigação".

**Conclusão das investigações** Segundo o delegado Marlon Oliveira Cajado dos Santos a investigação deve ser concluída em cerca de quatro meses. Ele não descarta a possibilidade de desmembrar a investigação em vários inquéritos, se houver autorização judicial para isso.

Marlon também sugeriu que o Congresso participe da discussão sobre reformulação do Carf, que vem sendo promovida no âmbito do Ministério da Fazenda.

## CFFC instala Fórum para discutir Operação Lava Jato

Parlamentares, entidades de trabalhadores do setor de óleo e gás, da indústria naval e representantes de governos instalaram um grupo de trabalho, em formato de Fórum Permanente, para construir conjuntamente alternativas aos impactos e efeitos da Operação Lava Jato na atividade econômica e no índice de emprego no Brasil. Antecedendo a instalação do fórum, a CFFC ouviu o representante da Advocacia-Geral da União, Paulo Henrique Kuhn; Ivanildo de Almeida Silva, da Petrobras; e o representante do Sindicato da Indústria Naval-Sinaval, Carlos Eduardo Macedo, que discutiram sobre

a gravidade da situação diante da Operação Lava Jato.

"A minha expectativa com a constituição desse Fórum é, não só debater, diagnosticar os problemas, mas apontar soluções para o governo e para a sociedade", disse o presidente da CFFC, deputado Vicente Cândido.

O deputado adiantou que nas próximas semanas membros do Fórum deverão participar de reuniões com os ministros Aloizio Mercadante (Casa Civil), Eduardo Braga (Minas e Energia) e Luís Inácio Adams (Advocacia-Geral da União) para tratar do tema. Vicente Cândido lembrou de outros debates realizados

na Câmara e fora dela sobre o tema e disse que a ideia agora é aprimorar a discussão, com objetividade, e identificar se os problemas estão nas áreas financeira, jurídica ou política. "Na parte do Parlamento, o relator da Subcomissão, deputado Valtenir Pereira, vai apresentar um relatório com alterações na Lei Anticorrupção, que é uma legislação que precisa ser aprimorada. É uma lei muito nova e que, quando foi feita, não dava conta de abarcar um evento com o tamanho da Operação Lava Jato. Essa já é uma atribuição nossa, constitucional, que entrará em debate em breve", completou.



## 2015: Transição para a recuperação da credibilidade do País



O presidente do Banco Central (BC), Alexandre Tombini, esteve no Congresso Nacional, no dia 26 de maio, para falar sobre o cumprimento das metas das políticas monetária (inflação e juros), creditícia e cambial. Tombini participou de audiência pública organizada pelas Comissões Mista de Orçamento; de Fiscalização Financeira e Controle e mais quatro Comissões.

Durante a audiência, o presidente do Banco Central destacou a crise que a economia mundial enfrentou a partir de 2008 como

a pior crise de sua história nos últimos 80 anos, e que, ainda assim, o Brasil conseguiu crescer 20% entre 2008 e 2014. Alexandre Tombini reconheceu que a política macroeconômica usada no governo Dilma Rousseff ficou abaixo dos resultados esperados.

Entre as políticas adotadas pelo governo estavam o uso dos bancos públicos para concessão de empréstimos à iniciativa privada, a redução da taxa básica de juros da economia (Selic) e a desoneração da folha de pagamento das empresas, este último fator

responsável pela redução da arrecadação federal.

Mostrando otimismo o presidente do Banco Central disse que esse é um ano de transição, "de um modelo de estímulos fiscais para a economia, ao ajuste das contas públicas para a recuperação da credibilidade do País". Ele afirmou ainda que o Brasil está sendo preparado para um novo ciclo de crescimento econômico sustentável. "É imperativo fazer esse ajuste agora senão vamos patinar quatro anos ou mais", afirmou.



### Efeitos da Operação Lava Jato na economia

Durante a audiência o presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, deputado Vicente Cândido, ressaltou a boa expectativa de crescimento econômico ainda para o fim de 2015 e uma retomada "mais robusta no ano que vem".

O deputado fez um paralelo entre o ano de 2008 e este ano. Ele disse que estamos vivendo um período muito parecido, com a Operação Lava Jato no epicentro da crise - sobretudo para o setor de óleo e gás -, defendendo a adoção de acordos de leniência entre o governo e as empresas envolvidas no caso. "Acho difícil retomar o crescimento sem que se resolva o problema das empresas que foram atingidas pela Operação. A retomada do crescimento no setor de óleo e gás, que representa 15% da economia brasileira, é relevante para o Brasil. Um olhar diferenciado do governo e das autoridades monetárias, nesse caso, ajudaria muito", defendeu.

## Contas secretas no HSBC é tema de debate

Duas audiências públicas discutiram os desdobramentos das denúncias da existência de contas secretas de brasileiros no Banco HSBC da Suíça, nos dias 7 e 27 de maio.

O jornalista Fernando Rodrigues, do portal UOL, participou do primeiro debate e criticou o desinteresse dos órgãos de controle financeiros e fiscais brasileiros em relação à investigação das contas secretas de brasileiros na Suíça. Rodrigues foi o primeiro jornalista do país a divulgar o escândalo das contas secretas de brasileiros existentes no HSBC de Genebra.

O caso, conhecido como SwissLeaks, é o maior vazamento de dados bancários da história. Desde o ano passado, o repórter analisa os 8.657 arquivos de correntistas brasileiros que recebeu do Consórcio Internacional de Jornalistas Investigativos (ICIJ, na sigla em inglês). Todos os 8.657 correntistas mantinham US\$ 7 bilhões no HSBC da Suíça em 2006 e 2007.

**Acordo de cooperação** - no segundo debate, o deputado Vicente Cândido, presidente da CFFC,



destacou um acordo de cooperação que o Brasil deverá assinar com os Estados Unidos para a troca de informações, com o objetivo de combater a sonegação fiscal. O deputado perguntou aos palestrantes se não seria o caso de uma medida semelhante com o governo da Suíça.

O presidente do Conselho de Administração de Atividades Financeiras (Coaf), Antonio Rodrigues respondeu se dizendo favorável à iniciativa. "Quanto mais

acordos para compartilhar de informações melhor. O que não podemos permitir é que os sonegadores se valham da soberania nacional para se proteger".

O deputado Toninho Wandscheer (PT-PR), autor do requerimento, disse que o objetivo da Subcomissão que acompanha o caso é sugerir melhorias na legislação para que esse procedimento não aconteça novamente. "Porque a punição já está sendo tratada por CPI no Senado".

## Falta de lei pode dificultar validação de provas

A falta de uma lei de cooperação internacional foi uma das principais dificuldades apontadas pelos palestrantes da audiência pública realizada no último dia 1º de julho, pela Comissão de Fiscalização Financeira e Controle (CFFC), sobre o caso das contas secretas de brasileiros no banco HSBC da Suíça. "São dificuldades na obtenção de provas e na sua validação", afirmou, Vladimir Aras, secretário de Cooperação Jurídica Internacional do Ministério Público Federal. Ele disse que as investigações podem esbarrar em provas consideradas inválidas pela Justiça.

A audiência, solicitada pelo

deputado Toninho Wandscheer (PT-PR), teve como palestrantes o secretário de Cooperação Jurídica Internacional do Ministério Público Federal, Vladimir Aras, e o delegado da Polícia Federal Wilson Rodrigues de Souza.

Aras ressaltou a necessidade do País regulamentar e transformar em lei o artigo 33 da Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção, também conhecida como Tratado de Mérida, que trata da proteção aos denunciantes. Ele falou também sobre o grande número de recursos judiciais. Segundo ele, a demora na tramitação dos mesmos até o trânsito em julgado, favorece a impunidade.

**Prescrição dos crimes** - Wilson Rodrigues de Souza, delegado da Polícia Federal, apontou risco de prescrição dos crimes que foram comprovados.

O crime de evasão de divisas tem prescrição de 12 anos e o caso esbarra na falta de regulamentação de acordos internacionais que permitam que a Justiça brasileira aceite provas obtidas em outros países.

### Repatriação demorada

O secretário Vladimir Aras apontou também dificuldades legais para que o Brasil recupere ativos mantidos no exterior por pessoas acusadas de lavagem de dinheiro e corrupção.



## Saúde: ministro quer ampliar o Programa Mais Médicos



O ministro da Saúde, Arthur Chioro, defendeu, no último dia 29 de abril, a ampliação do Programa Mais Médicos, em audiência pública, realizada pelas Comissões de Fiscalização Financeira e Controle; Seguridade Social e Família; e de Relações Exteriores e Defesa Nacional, para debater programas e desafios do Ministério da Saúde.

Um dos principais temas do debate, o Programa Mais Médicos foi criado pelo governo federal em 2013 com o objetivo de convocar médicos para atuar

na atenção básica de municípios com maior vulnerabilidade social e Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEI).

Segundo dados do governo, desde o início do Mais Médicos, 14.462 mil médicos passaram a atender a população de 3.785 mil municípios, o equivalente a 68% dos municípios do País, e os 34 distritos indígenas, beneficiando 50 milhões de pessoas.

O ministro destacou que o Mais Médicos é um programa unicamente articulado para trazer profissionais cubanos ao País.

De acordo com ele, a iniciativa baseia-se em fundamentos legais e surgiu para suprir a deficiência de médicos.

**Desafios** - Dentre os desafios da pasta listados pelo ministro Arthur Chioro, na audiência estão o fortalecimento do pacto com melhor definição das responsabilidades do gestor, a informatização da saúde, a criação do Instituto Nacional de Saúde Indígena e a reestruturação da Agência Nacional de Saúde (ANS) e da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

## CFEC discute fundos estaduais com ministro da Previdência

O ministro da Previdência Social, Carlos Gabas, participou, no último dia 28 de março, de audiência pública, organizada pela Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, para discutir as possibilidades de reorganização dos fundos previdenciários estaduais. O debate também teve a participação do consultor e especialista em previdência social pública e privada, Renato Follador.

Os parlamentares também discutiram com Gabas o projeto em análise na Assembleia Legislativa do Paraná que altera o custeio do Regime Próprio da Previdência Social dos servidores do estado.

Segundo o ministro, se a proposta contrariar as normas, o es-



tado corre o risco de ficar sem as verbas transferidas pelo governo federal. Gabas disse que o ministério ainda não emitiu parecer sobre a legalidade da proposta porque o governo paranaense não prestou as informações solicitadas. "O ministério tem autorização legal para decretar uma irregularidade previdenciária e para

isso o Certificado de Regularidade Previdenciária. Quando os entes, sejam estados ou municípios, estão em desacordo com a norma, nós cassamos o certificado. A consequência é que, quando um ente público não está em acordo com a lei, ou seja, não está com o certificado em dia, ele não pode receber transferências da União."

## Plano para acompanhar os Jogos Olímpicos

A Subcomissão Permanente criada pela CFFC para acompanhar e fiscalizar os Jogos Olímpicos, que serão realizados no Rio de Janeiro, em 2016, se reuniu no último dia 12 de maio para apresentação de plano de trabalho.

Apresentado pelo relator da Subcomissão, deputado Valtenir Pereira, o plano de trabalho foi aprovado por unanimidade e incluirá, entre outras ações, a realização de audiências públicas, apresentação de requerimentos diversos, acompanhamento e fiscalização | mediante visitas técnicas | do andamento das obras de infraestrutura, acompanhamento e fiscalização do emprego de recursos públicos e fiscalização dos processos licitatórios de tais obras etc.

A primeira audiência pública sobre o tema foi realizada, no último dia 17 de junho, com a presença de representantes do Tribunal de Contas da União (TCU) e Tribunal de Contas do Estado (TCE/RJ).



## CFFC se reúne com assessor técnico

Dando continuidade às reuniões sobre o papel e aperfeiçoamento do trabalho da CFFC, os membros da Comissão participaram de reunião/almoço, no dia 9 de abril, com o consultor técnico Romiro Ribeiro, que abordou o Regime Diferenciado de Contratação (RDC) e também o acordo de leniência entre empreiteiras envolvidas na Operação Lava Jato e o Governo Federal.

## CFFC vai convidar procurador Júlio de Oliveira para explicar parecer sobre contas da presidente Dilma

A CFFC aprovou requerimento do deputado Vanderlei Macris (PSDB-SP), em que ele pede que Júlio Marcelo de Oliveira, procurador do TCU, explique quais foram os procedimentos adotados nas análises das contas da presidente Dilma Rousseff do ano passado. O procurador sugeriu aos ministros do TCU a rejeição das contas da presidente. O requerimento é um aditamento de outro documento (82/2015) apresentado pelos deputados Macris e Delegado Waldir (PSDB/GO), em que solicitam a presença do ministro do TCU José Múcio Monteiro Filho, "com o objetivo de esclarecer o enquadramento na Lei de Responsabilidade Fiscal das manobras fiscais realizadas no Governo da presidente Dilma", diz o requerimento.

## Galeria dos ex-presidentes da CFFC

Ao final da sessão da CFFC, no último dia 20 de maio, foi realizada cerimônia de aposição, na Galeria dos ex-presidentes da Comissão, da foto do deputado Hugo Mota (PMDB/PB), que esteve à frente da Presidência da CFFC em 2014.



## Jornal da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle

Expediente

**Presidente:** Deputado Vicente Cândido (PT-SP)  
**1º Vice-Presidente:** Valtenir Pereira (PROS-MT)  
**2º Vice-Presidente:** João Arruda (PMDB-PR)  
**3º Vice-Presidente:** Wellington Roberto (PR-PB)

**Secretário-Executivo:** Luiz Paulo Pieri  
**Jornalista responsável:** Silene Santos (Mtb 25.624)  
**Projeto gráfico e diagramação:** Gabriel Almeida

**Endereço:** Câmara dos Deputados, Anexo II, Ala A, sala 161/163 - **Telefone:** (61) 3216-6672  
**E-mail:** cffc.decom@camara.leg.br/ dep.vicentecandido@camara.leg.br